

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



**CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL**  
Ata da 148ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 22/07/2022- 09h00  
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

<b>Membros presentes</b>	
<b>Entidade</b>	<b>Representante</b>
ABES-SP	Roseane Maria Garcia Lopes de Souza (S)
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti (T) Rodrigo Cristofolletti (S)
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
ASSEMAE	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
Associação Vale Verde	João Primo Baraldi (S)
CATI	Henrique Bellinaso (S)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (S)
COPLACANA	José Rodolfo Penatti (T) Rodrigo Cristofolletti (S)
DAAE - Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
IAC	Isabella Clerici de Maria (T)
IP/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi (S)
IPÊ	Paulo Roberto Ferro (S)
IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi (S)
P.M. de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (T)
P.M. de Charqueada	Paola Mandetta Tokumoto (T)
P.M. de Limeira	Fabio Leandro Ferraz Peixoto (S) Vitor Oliveira Bragotto (S)
P.M. de Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
P.M. de Saltinho	João Francisco de Lima (T) Aline Maria Leite de Moraes (S)
P.M. de Salto	Carlos Manoel do Nascimento Faria (T)
Pró-Flor Atibaia	Alexandre Hiranaka (T) Dirceu Kioshi Hasimoto (S)
SAA	Henrique Bellinaso (S)
SANASA	Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro (S)
SIMA/CFB	Maitê de Souza Sandoval (T)
Sindicato Rural de Atibaia	Dirceu Kioshi Hasimoto (S)
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)
UNESP/IGCE	Gilda Carneiro Ferreira (T)
UNICAMP	Adriano Luiz Tonetti (S)

<b>Membros ausentes</b>	
<b>Entidade</b>	
CISBRA	
CMDR - Rio Claro	
Instituto Agir Ambiental	
Instituto Terra Mater	

Mackenzie - Campinas
P.M. de Campinas
P.M. de Cordeirópolis
P.M. de Itatiba
P.M. de Jaguariúna
P.M. de Jarinu
P.M. de Louveira
P.M. de Socorro
P.M. de Toledo
Rotary International - D4590
Sindicato Rural de Bragança Paulista
Sindicato Rural de Campinas
Sindicato Rural de Indaiatuba
Sindicato Rural de Itu
Sindicato Rural de Jundiá
Sindicato Rural de Limeira
Sindicato Rural de Monte Mor
Sindicato Rural de Piracicaba
Sindicato Rural de Salto
SINMEC
Terceira Via
UNICAMP/FEAGRI

<b>Membros ausentes com justificativa</b>	
SEMAE	
UNICA	

<b>Demais presentes</b>	
<b>Entidade</b>	<b>Representante</b>
Agência das Bacias PCJ	Tainá Moura
	Tiago Georgette
	Kaique Duarte Barretto
	Karla Romão
	Lívia Maria O. O. Modolo
ABES-SP	Mariane Rodrigues Amuy
	Célia Gnojny Castelló
AFOCAPI	Marcelo Haruki Sakamoto
	Wildner
	Nathania Alves
	Rodrigo Hajjar
	Massao Okazaki
	André Navarro
	Thiago Rafael Nogueira do Nascimento
	Bianca Leite

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 148ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 22/07/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Aos vinte e dois dias de julho de 2022, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 148ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação de Água no meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ. **Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 15 de julho de 2022. **1. Abertura da 148ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-RURAL):** A abertura da 148ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ foi realizada pelo Sr. André Navarro, secretário-executivo do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, informando que o Sr. João Primo Baraldi, representante do Sindicato Rural de Rio Claro/SP e coordenador da CT-Rural, não pôde participar da reunião por motivo de saúde e o Sr. Denis Herisson, representante da CATI/SAA e coordenador-adjunto, não pôde participar desta reunião por motivo de férias. Assim, neste caso, o Regimento Geral das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21, de 30/03/2021, estabelece no parágrafo único do artigo 18, que na “ausência dos membros da coordenação à reunião, o plenário da CT indicará um membro que será o coordenador *ad hoc* da reunião”. Assim, o Sr. André indicou o Sr. Tiago Valentim Georgette, Assessor Técnico da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos (CASGRH) da Agência PCJ e da equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), para coordenar esta reunião justificando que a equipe apoia a coordenação na construção da pauta e está ciente de todos os assuntos em apreciação. A proposta foi colocada em votação sendo aprovada por todos os presentes. O Sr. Tiago agradeceu a confiança dos membros e deu sequência à reunião. Foi apresentada a pauta para a reunião, e não havendo nenhum acréscimo, foi colocada em votação sendo aprovada por todos. **2. Informes. 2.1. da Coordenação da CT-RURAL:** a) O Sr. Tiago informou que a coordenação da CT-Rural solicitou para a Coordenação de Projetos da Agência PCJ uma atualização sobre a tramitação dos editais para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Rural. A Sra. Lívia Modolo, da equipe da Coordenação de Projetos, informou que dos 9 (nove) projetos aprovados

no ano de 2021, todos estão na fase de finalização do processo licitatório no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias, se necessário. Os tomadores dos projetos foram as Prefeituras Municipais de Mogi Mirim/SP, Monte Mor/SP, Itatiba/SP, Atibaia/SP, Limeira/SP, Socorro/SP, Rio Claro/SP e Artur Nogueira/SP e do Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba/SP (SEMAE). Já para o ano de 2022, foram indicados 8 (oito) projetos aprovados sendo que eles estão no primeiro estágio dos processos que é quando a Secretaria Executiva do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (SECOFEHIDRO) recebe e enquadra o empreendimento e indica o Agente Técnico para o acompanhamento. Os tomadores dos projetos foram as Prefeituras Municipais de Bragança Paulista/SP, Piracaia/SP, Valinhos/SP, Louveira/SP, Amparo/SP e Corumbataí/SP, além dos Serviços Autônomos de Águas e Esgotos dos municípios de São Pedro/SP e Capivari/SP. O Sr. Tiago agradeceu a apresentação e deu prosseguimento nos informes; b) O Sr. Tiago informou da realização do *webinar* “O Produtor Rural como Produtor de Água” que foi realizado no dia 21/07/2022 e que contou com a participação simultânea de mais de 80 (oitenta) participantes. Informou que os interessados podem assistir já que o evento ficou gravado na conta da Agência PCJ na plataforma do *Youtube* e está disponibilizada no [link](#). O Sr. João Demarchi, representante do IZ/APTA e que participou do evento, informou que a *webinar* contou com a apresentação “Pagamentos por Serviços Ambientais” proferida pela Sra. Evelise Moda, da Prefeitura de Piracicaba/SP, pela apresentação “Adoção de boas práticas agropecuárias e sua correlação com a qualidade e quantidade de água” apresentada pelo Sr. Gabriel Camarinha da Coplacana e a apresentação “Programas dos Comitês PCJ que podem ser acessados para este tema” apresentada por ele. **2.2. dos coordenadores de GT:** a) O Sr. Tiago convidou o Sr. Miguel Milinski, representante do DAAE de Rio Claro/SP e coordenador-adjunto do GT-Mananciais, que informou do processo de revisão visando simplificar os editais da Política de Mananciais, medida necessária para facilitar o acesso, principalmente, dos pequenos municípios para apresentarem os projetos. O Sr. Tiago agradeceu e parabenizou este esforço destacando outras ações como tornar os editais permanentes para o período

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 148ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 22/07/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

2022-2025, aprovado por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 398/21, facilitando a compreensão dos técnicos municipais para poderem apresentar seus projetos de solicitação. **2.3. dos Membros:** O Sr. Tiago convidou os membros para realização de informes: **a)** O Sr. Petrus Weel, representante das Cooperativas de Holambra/SP, informou sobre a discussão com os técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) que visa elaborar estudos para dimensionamento de boas práticas implantadas e os benefícios gerados pela infiltração de água no solo como forma de melhorias da macrodrenagem e recomendou a todos a leitura do “Guia Metodológico para implantação de infraestrutura verde” elaborado pelo IPT e que pode ser acessada por meio deste [link](#). Os técnicos do IPT participaram da última reunião do GT-Mananciais e estão elaborando uma proposta de estudo a ser apresentado oportunamente para avançar depois dentro das tramitações dos Comitês PCJ. **2.4. da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ:** Na sequência, o Sr. Tiago realizou os Informes da SE/PCJ: **a)** Alteração de representantes na CT-Rural: informou que entre a última reunião e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representantes de três membros: **i.** Prefeitura Municipal de Charqueada/SP solicitando a indicação da Sra. Paola Mandetta Tokumoto como sua representante titular e a inclusão do Sr. Marcelo Eric de Almeida Santos como seu representante suplente; **ii.** ASSEMAE solicitando a indicação do Sr. Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro como representante suplente; **iii.** SANASA solicitando a indicação do Sr. Rodrigo Cesar de Moraes Monteiro como representante suplente. Como essa alteração é de uma entidade já participante, Sr. Tiago destacou que não cabe aprovação havendo apenas a ciência aos demais membros da CT; **b)** Plano de Capacitação dos membros dos Comitês PCJ: o Sr. Tiago salientou a importância dos representantes realizarem cursos de capacitação em plataformas como da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) pelo [link <https://capacitacao.ead.unesp.br/>](https://capacitacao.ead.unesp.br/) e do Capacita-SIGRH pelo [link <https://sigrh.sp.gov.br/capacita>](https://sigrh.sp.gov.br/capacita), e reforçou que há a possibilidade de realizá-la em outras instituições também. Apresentou também a plataforma de cursos gratuitos a Escola Virtual do Governo Federal (E.V.G), disponível no [link <https://www.escolavirtual.gov.br/>](https://www.escolavirtual.gov.br/) que conta com mais

de 428 (quatrocentos e vinte e oito) oportunidades disponíveis no Catálogo de Cursos da plataforma. Solicitou que os representantes que concluírem cursos encaminhem os certificados de cursos com os temas de meio ambiente e recursos hídricos, realizados em 2022, para o *e-mail* da SE/PCJ, para que os Comitês PCJ possam demonstrar a capacitação de seus membros para obtenção de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (Procomitês); **c)** Apresentou um balanço de participação em capacitações 2022, onde até a presente data, 41 (quarenta e um) representantes encaminharam certificados de cursos e eventos realizados para a SE/PCJ, sendo que sete representantes de membros da CT-Rural encaminharam certificados no período. Assim, reforçou a importância dos membros encaminharem seus certificados; **d)** Foram informadas as próximas reuniões agendadas dos Comitês PCJ, cuja participação não é obrigatória, sendo elas a 86ª Reunião Ordinária da CT-PL, a ser realizada no dia 02/09/22 às 9h, a 26ª e a 27ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, a serem realizadas no dia 30/09/22, às 9h. As reuniões terão transmissão ao vivo no *YouTube* com [link](#) a ser disponibilizado na agenda de reuniões do sítio eletrônico dos Comitês PCJ; **e)** Newsletter Comitês PCJ: o Sr. Tiago convidou a todos para conhecerem a plataforma de atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas Câmaras Técnicas, que periodicamente é atualizada pela Assessoria de Comunicação da Agência PCJ. Os interessados podem acompanhar por meio do [link <https://agencia.baciaspcj.org.br/newscomitespcj/>](https://agencia.baciaspcj.org.br/newscomitespcj/). **3. Aprovação da Ata da 147ª Reunião Ordinária, realizada em 27/05/2022:** O Sr. Tiago informou que a minuta de ata da 147ª Reunião Ordinária da CT-Rural, realizada em 27/05/2022, por videoconferência, foi encaminhada junto da convocação da reunião e questionou aos membros sobre a necessidade de leitura, sendo dispensada. Na sequência, abriu espaço para manifestação sobre o conteúdo da minuta. Não havendo manifestações, o Sr. Tiago colocou em apreciação a minuta da ata que foi aprovada por unanimidade. **4. Atualização sobre andamento das propostas previstas no 5º Seminário de Saúde Ambiental sobre a segurança da água no contexto da Política de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ:** O Sr. Tiago convidou a Sra. Roseane Maria Garcia Lopes de Souza,

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 148ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 22/07/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção São Paulo (ABES-SP) e coordenadora da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ, que fez a apresentação sobre a CT-SAM. A Sra. Roseane agradeceu a oportunidade e apresentou as atribuições da CT-SAM, aprovada pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 243/15, de 04/12/15. Na sequência, apresentou a Política de Saúde Ambiental no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 309/2018, de 14/12/2018, dando destaque aos três Programas estabelecidos por ela: **i.** Segurança da água para abastecimento público; **ii.** Qualidade da água; **iii.** Capacitações. Apresentou os conflitos dos índices entre as normativas como da Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e Portaria do Ministério da Saúde (MS). Apresentou para todos o “Guia para elaboração do Plano Municipal de Segurança da Água (PMSA)” elaborado por empresa contratada pelos Comitês PCJ e disponível neste [link](#). Informou que no âmbito da CT-SAM foi organizado o Grupo de Trabalho temporário para discutir os desafios para implementar a Portaria MS nº 888/2021 (GT-Portaria 888), por meio do debate, discussão e proposição de formas para a implementação da legislação de padrão de potabilidade e do levantamento de pontos de melhoria para a legislação. Informou que no dia 26/04/2022 foi realizado o 5º Seminário de Saúde Ambiental "Segurança da água no contexto da Política de Saúde Ambiental", disponível para acesso por meio do [link](https://www.youtube.com/watch?v=U6p-Kjj-CCM) <<https://www.youtube.com/watch?v=U6p-Kjj-CCM>> onde foram debatidas as dificuldades para sua implementação e houve destaque para os desafios no meio rural. A Sra. Roseane apresentou os desafios para a implementação no meio rural como a obrigatoriedade de haver controles sistemáticos de monitoramento da qualidade da água, mesmo quando for solução de abastecimento para poucas unidades, o que pode aumentar sobremaneira os custos do monitoramento, já que as análises requeridas são as mesmas daquelas exigidas para grandes empresas de saneamento. Informou que uma possibilidade seja incluir as comunidades rurais no escopo do artigo 45 que possibilita um plano de amostragem com diretrizes específicas aplicáveis a cada situação para comunidades tradicionais e indígenas. Por fim, a Sra. Roseane propôs

definir quem será responsável pela criação de diretrizes do plano de amostragem para o controle de qualidade da água em Sistemas de Abastecimentos Autônomos (SAA) e Sistema de Abastecimento Coletivo (SAC) para povos e comunidades tradicionais, e sua integração em Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e Planos Municipais de Saneamento Rural (PMSR). Uma possível instituição responsável pode ser a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) do Governo Federal. O Sr. Tiago agradeceu a apresentação e abriu para os demais membros para dúvidas e esclarecimentos. O Sr. Miguel Milinski, representante do DAAE de Rio Claro/SP, questionou sobre quem será o responsável pela implementação dos PMSRs, devido às dificuldades institucionais de competência. A Sra. Roseane concordou com essa dificuldade apontada pelo Sr. Miguel e disse que há a necessidade de ser realizada esse redesenho institucional. O Sr. Petrus Weel, representante das Cooperativas de Holambra/SP, informou que o PMSR implantado no município de Holambra/SP passou pela divisão da área rural do município, já que conforme a proximidade da área urbana, pode ser possível sua agregação pela empresa de saneamento do município, mas reforçou a importância de que cada caso deva ser analisado para o balanceamento entre custos e obrigações. O Sr. Massao Okasaki destacou a possibilidade de realizar aproveitamento energético de resíduos e efluentes gerados na Zona Rural. O Sr. Tiago informou que houve uma proposta de empreendimento para instalação de uma Unidade Recuperadora de energia a partir de resíduos proposta pelo Consórcio CONSIMARES a ser instalada no município de Nova Odessa/SP, que foi analisado pelo GT-Empreendimentos dos Comitês PCJ e informou que todos os documentos bem como o parecer apresentado pelos Comitês PCJ estão disponíveis no *site* dos Comitês PCJ e pode ser acessado por meio do [link](#). A Sra. Paola Tokumoto, representante da P.M. de Charqueada/SP, informou sobre a criação do Fundo Municipal de Saneamento do município de Charqueada/SP, por meio do Decreto nº 3.513/2020 ([link](#)) e que envolve a possibilidade de financiamento de obras de saneamento no meio rural, e que no momento está no processo de estabelecimento do conselho responsável pela gestão do fundo. O Sr. José Rodolfo Penatti, representante da AFOCAPI, destacou que o mais danoso para o meio rural são os condomínios

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL Ata da 148ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 22/07/2022- 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

de chácaras de recreio, loteamentos irregulares que geram grandes volume de efluentes e de resíduos sólidos e destacou a impossibilidade do produtor rural arcar sozinho com todos os custos das análises de água. O Sr. Miguel complementou lembrando a proposta levantada pelo Sr. Fernando Rwitter (Cooperativas de Holambra/SP) na última reunião da CT-Rural propondo o pagamento das análises de água realizadas por meio do Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). O Sr. Henrique Bellinaso, representante da CATI/SAA, informou que o município de Piracicaba/SP atualizou o seu Plano Diretor Municipal ([link](#)) e definiu os loteamentos irregulares como Núcleos Urbanos na Zona Rural para que possam ser agregados mais serviços e custos para essas propriedades, dentro da complexidade que a proposta demanda. O Sr. Adriano Tonetti, representante da UNICAMP, destacou a importância de selecionar quais parâmetros são realmente necessários para análise em cada local, de forma a definir um escopo mínimo para ser analisado como forma de viabilizar o custo para os produtores rurais. Destacou também as discussões realizadas com a FUNASA e no Ministério Público para atestar a qualidade das instalações de fossas sépticas existentes nas propriedades rurais, conforme a localização e o tipo de efluente gerado. A Sra. Roseane complementou destacando a importância de se ter na região laboratórios credenciados para essas análises. O Sr. Tiago agradeceu as contribuições e deu prosseguimento na pauta. **5. Informes pela Coordenadoria da CATI - Atualizações e Disponibilidade de Recursos para produtores rurais e demais informes:** Na sequência, o Sr. Tiago convidou o Sr. Henrique Bellinaso, representante da CATI/SAA, para atualizar sobre as fontes de financiamentos disponíveis e sobre o andamento do GT-SAA. O Sr. Henrique agradeceu o momento e informou que do programa de financiamento do estado de São Paulo, explicou que algumas linhas do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista do Banco do Agronegócio Familiar (Feap/Banagro) estão paralisadas por conta de todo o valor disponibilizado já ter sido contratado. Informou que os membros do GT-SAA elaboraram um Plano de Trabalho com duração de cinco anos e será em breve aprovado pelo grupo. O Sr. Tiago agradeceu pelas informações e destacou que esses assuntos foram apresentados nas últimas reuniões não

havendo necessidade de reprisar todas as informações e convidou que aqueles membros interessados podem acessar as atas das reuniões anteriores da CT-Rural, disponibilizadas na página da CT no *site* dos Comitês PCJ ([link](#)). O Sr. Tiago questionou se algum membro tinha alguma dúvida ou consideração. O Sr. Miguel Milinski, representante do DAAE Rio Claro/SP, questionou sobre o novo programa “Integra SP”. O Sr. Henrique informou que foi renomeado como “Berço das Águas” e agrega ações com foco na conservação dos solos e melhorias dos recursos hídricos, como construção de barraginhas e controle de erosão. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Tiago Valentim Georgette, coordenador *ad hoc* nesta reunião, em nome do Sr. João Primo Baraldi, coordenador da CT-Rural, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Tiago Valentim Georgette  
Coordenador *ad hoc* da Reunião

João Primo Baraldi  
Coordenador da CT-Rural

Denis Herisson da Silva  
Coordenador-adjunto da CT-Rural